

SEMINÁRIO ESCXEL

Relação Escola-Família

Castelo Branco, 6 de Novembro de 2009

Conclusões

1. O contexto actual da escola pública e as relações escola - família

Tentar caracterizar o sentido e a razão de ser do tema deste seminário passa por se perceber em que contexto o situamos e em que modelo de escola o pretendemos projectar.

A escola pública portuguesa tem passado durante a última década por um complexo processo de mudança organizacional que importa identificar.

A ideia de uma escola pública enquanto serviço concebido, prestado, controlado e financiado pelo Estado começa a ver alguns dos seus alicerces postos em causa pela forma como a sociedade - ou pelo menos alguns sectores dela - pretende assumir uma maior influência sobre o futuro da educação e do ensino das novas gerações. A escola pública deixou de ser uma extensão hierarquizada da administração educativa, para se tornar cada vez mais um espaço de interacção dos diferentes actores sociais que, de alguma forma, pretendem ter um papel mais activo no seu funcionamento.

Enquanto no modelo tradicional remetia-se para o Estado - e esse Estado assumia - a total responsabilidade pela educação das novas gerações, no novo modelo outros actores reivindicam uma maior partilha dessas responsabilidades: pais e encarregados de educação, autarquias, associações profissionais e sindicais dos professores, movimentos cívicos, instituições e comunidades locais, são entre muitos outros actores que têm vindo a dar sinais de um maior envolvimento na vida e na definição do futuro da escola.

Por isso se sente nos nossos dias um despertar para a gestão partilhadas dos estabelecimentos de ensino e uma maior responsabilização desses novos actores.

As relações escola - família assumem assim uma outra expressão social que era desconhecida algumas décadas atrás. Acresce ainda o reconhecimento de que uma maior proximidade e cooperação entre famílias e escolas poderá traduzir-se num melhor desempenho escolar dos alunos.

Porém, há um problema de base que condiciona a resposta à questão colocada: nas últimas décadas as estruturas familiares e a própria sociedade terá mudado muito mais profundamente do que mudou a própria escola. De certa forma os

contextos sociais exteriores à escola têm mostrado um dinamismo superior ao "conservadorismo" da escola e do sistema de ensino, levando esta a expressar frequentemente a sua perplexidade perante sociedade e estruturas familiares social e culturalmente mais diferenciadas com estilos de vida nem sempre compatíveis com os valores e normas dominantes na escola tradicional.

2. Como criar "espaços educativos de participação" quando não há "cultura de participação"?

Este é um problema típico dos processos de mudança de modelos de organização escolar centralizados e assentes no princípio da prestação de serviço público para modelos mais abertos e mais participados pelos agentes exteriores à escola. Nem sempre as escolas estão habituadas a partilhar as responsabilidades assumidas pelos agentes tradicionais - os professores, directores, funcionários, etc. - nem os agentes exteriores possuem uma cultura de participação, não superando o facto de "continuarem" a sentir-se estranhos à vida escolar.

A cultura de participação desenvolve-se participando e esse processo será tanto mais lento quanto é já reconhecida a limitada cultura de participação dos portugueses na vida das suas instituições. Esta ideia é tanto mais pertinente quanto é reconhecido que a participação na vida das escolas é socialmente diferenciada, tendendo a ser maior nos estratos sociais médios e superiores com elevados níveis de escolarização e menor nas famílias de estratos sociais menos escolarizados.

É importante que se tenha em consideração que quase dois terços da população activa portuguesa não tem mais do que o 9º ano de escolaridade.

Neste contexto, não há outra solução para o problema que a de criar espaços dinâmicos de comunicação e participação de forma a potenciar um maior envolvimento das famílias na vida da escola.

3. "Que contributo podem os pais dar à escola"?

A questão colocada pelo Carlos Almeida na sua intervenção é uma questão central do problema que pretendemos abordar. Não se pergunta como é que os "pais" podem participar na escola, mas antes como podem contribuir para melhorar o desempenho da própria escola.

A participação dos pais e encarregados de educação não é um objectivo em si é um meio para melhor concretizar com sucesso um objectivo. Por isso se deve perguntar primeiro: quais são os objectivos da escola?

O objectivo último de qualquer escola é o de qualificar as aprendizagens e, assim, melhorar os desempenhos educativos dos alunos, ou seja, maior e melhor capacitação dos alunos. Todo o processo educativo é um processo de capacitação para uma sociedade em perspectiva, em que conhecimentos, competências,

aptidões e condutas devem ser desenvolvidos de acordo com uma ideia de futuro.

Cada escola poderá, nos cingidos limites da sua responsabilidade, definir esses objectivos de forma mais ou menos detalhada e rigorosa. O desafio que se deverá colocar será então: Qual é o contributo dos pais para a prossecução desses objectivos? Em que é que eles podem ajudar a escola a atingir as metas e a concretizar esses objectivos?

Um dos requisitos para que esta questão possa ser respondida é a de que a cada entidade cabe uma parcela da responsabilidade, de acordo com os diferentes papéis que desempenham e sem que entre elas possa existir sobreposição ou confusão. "Que os professores façam o que lhes compete na escola e que os pais façam o que têm a fazer em casa" é um bom princípio para evitar confronto e confusão destas duas culturas que deverão permanecer diferenciadas.

4. Como passar da "retórica" das "relações escola - família" para soluções inovadoras que se traduzam na prossecução dos objectivos?

Como muito bem salientou Jerónimo Barroso na sua intervenção, o debate em torno das "relações escola - família" em muito pouco tem ultrapassado o nível da "retórica". Ao já prolongado debate sobre este tema não têm correspondido práticas e soluções inovadoras que possam ajudar as escolas e as famílias a reconfigurar as suas relações e a partilhar desígnios comuns.

Ainda que as soluções concretas tenham de ser encontradas pelas próprias escolas em função dos contextos relacionais em que assentam o seu funcionamento, aceita-se que se destaque a necessidade de:

4.1 Definir melhor os objectivos das escolas, se necessário for precisando metas, decompondo e detalhando planos e medidas, de forma a torná-los mais perceptíveis e mais facilmente identificáveis pela comunidade escolar.

4.2 Responsabilizar os agentes educativos na concretização dessas metas e desses objectivos.

4.3 Inovar nos meios de comunicação entre a escola e os encarregados de educação, especialmente diversificando as razões e oportunidades de comunicação de forma a não fazer depender dos factos negativos. É tão importante dar a notícia de um mau resultados escolar como dar os parabéns de um sucesso conseguido com o trabalho e o empenho de todos.

4.4 Envolver os pais nas aprendizagens, especialmente nas extra-curriculares, como propôs a Margarida Vieito na sua comunicação.

4.5 Recuperar os rituais escolares (abertura do ano lectivo, recepção aos novos alunos, cerimónia de entrega de diplomas, espectáculos de final de ano, etc.) como forma de socializar e estruturar laços de identidade (comunicação de Adelaide Abreu), mas também como meio de partilhar responsabilidades e objectivos, como destacou Anabela Grácio.

5. "As escolas com melhores resultados escolares são aquelas que apresentam melhores índices de participação dos pais"

A evidência invocada por Carlos Almeida na sua comunicação, citando algumas das conclusões de um estudo da EPIS (Empresários Pela Inclusão Social) deve ser tomada com algum cuidado, dado que existem variáveis relevantes que não foram consideradas, especialmente o estatuto socioeconómico dos alunos e dos pais. É igualmente conhecido e comprovado por inúmeros estudos empíricos que os pais e encarregados de educação com *status* socioeconómico mais elevado, especialmente os que apresentam maiores níveis de escolarização, tendem a participar mais na vida escolar dos seus filhos que os de condições social mais baixa. Ou seja, há uma diferenciação social da participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola.

O mesmo poderemos dizer dos níveis de participação em função do trajecto escolar dos alunos e da sua autonomia pessoal: tendem a ser mais elevados nos primeiros anos de escolaridade (pré-escolar e primeiro ciclo) e mais reduzidos nos ciclos posteriores (3º ciclo e secundário).

Uma outra leitura dos níveis de participação dos pais e encarregados de educação é a que se faz do tipo de organização escolar mais ou menos verticalizada. Haverá que esclarecer se a participação, controladas as variáveis socioeconómica e de trajecto escolar, é maior nas escolas integradas ou nas escolas segmentadas em ciclos.

6. Diferenciar as soluções em função dos contextos sociais e das diferentes fases do trajecto educativo.

A busca de uma maior participação dos pais e encarregados de educação na vida das escolas terá de orientar-se pela preocupação em encontrar soluções inovadoras, mas também diversificadas para concretizar aquele objectivo. Não basta participar, é necessário investir em soluções de acompanhamento e tutoria, em melhorar as formas e a cultura de comunicação (conforme destacou Margarida Leitão) e, por último, salvaguardar um princípio básico que nem sempre é observado: para que os alunos possam beneficiar de uma boa relação entre os agentes educativos, é necessário "que os professores façam o que têm a fazer na escola, que os pais façam o que têm a fazer em casa e que entre estas culturas diferenciadas se estabeleça uma sólida relação de confiança" (David Justino, Anabela Grácio).